

Ministério Público da União

EDITAL Nº 73 - MPU, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

10º CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

A SECRETÁRIA-GERAL DO MPU, PRESIDENTE DA COMISSÃO DO 10º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU), considerando as informações prestadas no expediente PGR-00061467/2025, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 000822-57.2019.4.03.6000, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, torna pública a inclusão do candidato sub júdice Wagner de Souza Cruz, inscrição nº 10091634, no resultado final na avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararam pessoas com deficiência e no resultado final no 10º concurso público, divulgados por meio dos subitens 1.1.16.1, 4.1.16.1 e 4.2.2.3 do Edital nº 9 - MPU, de 13 de dezembro de 2018, e suas alterações, conforme a seguir especificado.

Torna pública, ainda, em razão da inclusão acima, que os candidatos com deficiência ao Cargo 2: Técnico do MPU - Especialidade: Administração/DF, classificados a partir da 154ª posição, e que os candidatos com deficiência ao Cargo 2: Técnico do MPU - Especialidade: Administração, classificados a partir da 223ª posição, passam a ter sua classificação alterada mediante a inclusão de uma unidade, respectivamente.

1 DO RESULTADO FINAL NA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL DOS CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM COM DEFICIÊNCIA

1.1 Relação final dos candidatos considerados na avaliação biopsicossocial pessoas com deficiência, na seguinte ordem: cargo/especialidade/UF de vaga, número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

1.1.16 CARGO 2: TÉCNICO DO MPU - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO/DF

1.1.16.1 Relação final dos candidatos sub júdice considerados na avaliação biopsicossocial pessoas com deficiência, na seguinte ordem: cargo/especialidade/UF de vaga, número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

10091634, Wagner de Souza Cruz

4 DO RESULTADO FINAL NO CONCURSO PÚBLICO

4.1 Resultado final no concurso público, na seguinte ordem: cargo/especialidade/UF de vaga, número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação por cargo/especialidade/UF de vaga, nota final e classificação final no concurso público por cargo/especialidade/UF de vaga.

4.1.16 CARGO 2: TÉCNICO DO MPU - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO/DF

4.1.16.1 Resultado final no concurso público dos candidatos sub júdice considerados pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação por cargo/especialidade/UF de vaga, nota final e classificação final no concurso público por cargo/especialidade/UF de vaga.

10091634, Wagner de Souza Cruz, 60,00, 154

4.2 Resultado final no concurso público, na seguinte ordem: cargo/especialidade, número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação, nota final e classificação final no concurso público por cargo/especialidade.

4.2.2 CARGO 2: TÉCNICO DO MPU - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

4.2.2.3 Resultado final no concurso público dos candidatos sub júdice considerados pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação por cargo/especialidade/UF de vaga, nota final e classificação final no concurso público por cargo/especialidade/UF de vaga.

10091634, Wagner de Souza Cruz, 60,00, 233

Subprocuradora-Geral da República ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Presidente da Comissão do 10º Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União (MPU)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 90004/2025

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 14/02/2025. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Instituição sem fins lucrativos para selecionar, recrutar e/ou absorver e encaminhar à contratante aprendizes de Auxiliar de Serviços Administrativos.

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM
Secretária de Licitação

(SIDE - 27/02/2025) 200009-00001-2025NE000001

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 90053/2024

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 49810052679202403, publicada no D.O.U de 29/11/2024. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual instalação de solução de 8 usinas de microgeração de energia fotovoltaica com até 75kWp cada. Novo Edital: 28/02/2025 das 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 628, Ed. Sede do Mpdft BRASILIA - DF Entrega das Propostas: a partir de 28/02/2025 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/03/2025, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM
Secretária de Licitação

(SIDE - 27/02/2025) 200009-00001-2025NE000001

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Procuradoria-Geral de Justiça

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº CONV 011/2024. Processo SEI MPDFT nº 19.04.5030.0045388/2023-91. Convenientes: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, CNPJ: 26.989.715/0002-93, CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA LTDA. - CESB, CNPJ nº 00.422.333/0001-09 e INSTITUTO ELAS TRANSFORMAM, CNPJ: 43.951.014/0001-01. Objeto: Rescindir a Cooperação Técnica nº 011/2024, firmado entre o MPDFT, CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB e o INSTITUTO ELAS TRANSFORMAM, visando à implantação do Projeto Mina, para atendimento de adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei. Signatários: MPDFT: GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça; CESB: LUIZ CLÁUDIO COSTA, Reitor e IET: AMANDA LEITE FERREIRA, Presidente. Data de assinatura do MPDFT: 26/2/2025. Data de Assinatura do CESB: 21/2/2025. Data de assinatura do IET: 18/2/2025.

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por serem frustradas as comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr. LUCIVANIO SANTOS SOUZA, CPF ***.342.841.** comunicados do arquivamento do Pje 0706613-49.2025.8.07.0001, podendo, no caso de discordância, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar no75/1993.

Brasília, 27 de fevereiro de 2025.
CAROLINA REBELO SOARES
Promotora de Justiça

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por serem frustradas as comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr. KALLEB ALVES FERREIRA DA SILVA, CPF ***.022.041.-** comunicados do arquivamento do Pje 0703496-84.2024.8.07.0001, podendo, no caso de discordância, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar no75/1993.

Brasília, 27 de fevereiro de 2025.
CAROLINA REBELO SOARES
Promotora de Justiça

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por serem frustradas as comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica a Sra. LETÍCIA MORAES, CPF ***.446.501.** comunicados do arquivamento do Pje 0709544-25.2025.8.07.0001, podendo, no caso de discordância, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar no75/1993.

Brasília, 27 de fevereiro de 2025.
CAROLINA REBELO SOARES
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), por intermédio da Secretaria-Geral, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (MPRS). OBJETO: disciplinar o acesso do MPF a registros de portabilidade numérica e de faixas das operadoras de telefonia fornecidos pelo MPRS. VIGÊNCIA: 60 meses. DATA E ASSINATURA: 26/02/2025. ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO, Secretária-Geral do MPF, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, Procurador-Geral de Justiça do MPRS e ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES, Coordenador do Núcleo de Inteligência do MPRS. Documento PGR-00071137/2025.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2023

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2023, referente à contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do Grupo Motor-Gerador - GMG, nas dependências da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF), que entre si celebram a União por meio da PR/DF e a empresa REALMAK SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. Objeto: Adequação do Contrato nº 05/2023, referente à Resolução CNMP nº 281, de 12 de dezembro de 2023, no tocante ao tratamento de dados pessoais. Data de Assinatura: 26/02/2025. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/1993 e demais normas pertinentes. Processo: 1.16.000.000468/2025-45. Signatários: pela Contratante, Izrael Pereira Coelho, Secretário Estadual; e, pela Contratada, Antônio Etevaldo Alves Bezerra, representante legal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2021

Espécie: 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2021, referente à prestação de serviços de brigada de incêndio, operacionalizados por Bombeiros Civis, para atender a Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF), firmado entre a União, por intermédio da PR/DF, e a empresa CRISTAL TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ 21.958.344/0001-88. Objeto: Adequação do Contrato nº 01/2021 à Resolução CNMP nº 281, de 12 de dezembro de 2023, no tocante ao tratamento de dados pessoais. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/1993 e demais normas pertinentes. Processo: 1.16.000.000451/2025-98. Data da assinatura: 27/02/2025. Signatários: pela Contratante, Izrael Pereira Coelho, Secretário Estadual; e, pela Contratada, Sr. Leonardo Laurindo da Silva, representante legal.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 19/2025

EXTRATO Nº 19/2025 DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2023. ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato PR/AP nº 3/2023. PROCESSO: 1.12.000.000081/2025-38. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Amapá-PR/AP, CNPJ: 26.989.715/0009-60 e a empresa CLARO S.A., CNPJ: 40.432.544/0001-47. OBJETO: alterar a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS, do contrato original, com fundamento na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), no Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes. DATA DE ASSINATURA: 27/02/2025. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, da Lei nº 8.666/93. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Resolução CNMP nº 281/2023. Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet). ASSINATURAS: Suely Viana Pontes - Secretária Estadual Substituta, Aloizio Brasil Bigueolini - Procurador-Chefe Substituto, Hider Vinícius Goeking, Gerente Executivo de Contas, e Fernanda de Paula e Silva Arruda, Gerente Executiva de Vendas, representantes da empresa CLARO S.A.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1/2025

P.A. n.º 1.21.000.001519/2023-24. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul. Contratada: Ergon Urbanismo LTDA. Objeto: Prestação dos seguintes serviços de natureza contínua: limpeza e conservação na PR-MS em Campo Grande e nas PRM's de Dourados, Três Lagoas e Corumbá. Modalidade: Pregão Eletrônico. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Valor Mensal: R\$ 33.870,00 (Trinta e três mil, oitocentos e setenta reais). Elemento de Despesa: 339037. Programa de Trabalho: 03062003142640001. Vigência: 01/03/2025 a 28/02/2027. Data da Assinatura: 26/02/2025. Assinam: Rosiane Fuchs Lageano Nogueira, Secretária Estadual, pela Contratante; Kainan Abreu de Brito Sócio-Proprietário, pela Contratada. Ratificação da Autoridade Superior: Julia Rossi de Carvalho Sponchiado, Procuradora-Chefe Substituta.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, e a FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ -FESPPR. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 5 anos. Data de assinatura: 26 de fevereiro de 2025. Dr. Lucas Bertinato Maron, Procurador-Chefe Substituto, pela PR/PR e Sra. Lilian de Fátima Correa Luitz, diretora acadêmica, pela FESPPR. Processo Administrativo 1.25.000.005185/2020-76.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2016

CONTRATANTES: Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul e a empresa MG Administradora de Bens Ltda-ME. OBJETO: inclusão da Cláusula Décima Nona - Proteção de Dados Pessoais (LGPD). VIGÊNCIA: 26/02/2025 até 06/03/2026. DATA/ASSINATURA: 26/02/2025; Giovanni Tavares Bruscatto, pela Contratante, e Miria Denti, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 42/2024

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato PR-RJ nº 09/2023, de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos e odontológicos da PR-RJ. CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0024-07. CONTRATADA: Starmed Tecnologia Hospitalar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.806.684/0001-86. OBJETO: Acréscimo de cláusula de proteção de dados pessoais, conforme Lei 13.709/2018, seguindo orientação da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 281/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.30.001.006939/2024-69. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 13.709/2018. DATA DE ASSINATURA: 14/02/2025. ASSINATURAS: Newton Levy Alvim Junior - Secretário Estadual, pela Contratante, e Jorge Alberto Estrella dos Santos - Sócio, pela Contratada. APROVAÇÃO: Sérgio Luiz Pinel Dias - Procurador-Chefe.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 9/2025

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2020, de prestação de serviços de ascensoristas para operação dos elevadores instalados na sede da Procuradoria da República no Rio de Janeiro. CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, CNPJ: 26.989.715/0024-07. CONTRATADA: LG ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 05.427.994/0001-40. OBJETO: Alterar o item 2.1 da Cláusula Segunda - Vigência em razão da prorrogação por mais 12 (doze) meses de vigência. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.30.001.001144/2025-45. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 27/02/2025. ASSINATURAS: Severino do Ramos Martiniano - Secretário Estadual Substituto, pela Contratante, e Laudiceia Corsi de Oliveira - sócia-administradora, pela Contratada. APROVAÇÃO: Sérgio Luiz Pinel Dias - Procurador-Chefe.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 27/2024

ESPÉCIE: 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2015, de locação de imóvel situado no município de Nova Friburgo. LOCATÁRIA: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, CNPJ: 26.989.715/0024-07. LOCADOR: João *** da Silveira, CPF: ***.***.***. OBJETO: Acrescentar cláusula de proteção de dados, conforme Lei 13.709/2018, seguindo orientação da Resolução do CNMP nº 281/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.30.001.006253/2024-78. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 13.709/2023. DATA DE ASSINATURA: 12/02/2025. ASSINATURAS: Newton Levy Alvim Junior - Secretário Estadual, pela Locatária, e João *** da Silveira, na qualidade de Locador. APROVAÇÃO: Sérgio Luiz Pinel Dias - Procurador-Chefe.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE BOMBEIRO CIVIL PARA O EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades da Procuradoria da República no Rio de Janeiro - PR/RJ, teve como vencedora a empresa SEVEN SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 11.893.612/0001-77, pelo valor mensal global de R\$ 44.080,69.

GIORGIO REGIS MOREIRA XENOFONTE
Pregoeiro

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 3/2025

O Presidente da Subcomissão Permanente de Gestão do Patrimônio Documental - SUB-GPAD da Procuradoria da República no Estado do Tocantins, designado pela Portaria Nº 41, de 15 de maio de 2023, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal - DMPF-e, Brasília, DF, 18 maio 2023, Caderno Administrativo p. 18-19, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos PR-TO-00003733/2025, faz saber a quem possa interessar que a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente da data de publicação deste Edital no Diário Oficial da União - DOU e no DMPF-e, se não houver oposição, a Procuradoria da República no Estado do Tocantins eliminará 45 ml (quarenta e cinco metros lineares) dos documentos relativos ao DIGEP - DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS DA PR/TO: Aperfeiçoamento no Brasil (2010 e 2011); Estágios e Controle de Frequência (2009/2011 e 2012); Férias (2008-2009/2011-2013); Auxílio Moradia (2010); Horário de Expediente (2012); Controle de frequência/Abono parcial de frequência (2008 a 2016). SEOF/PRTO - SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA: Execução financeira/Despesas (2011); PGEA Serviço telefônico/Contas

telefônicas (2010-2011/2013); PGEA Execução Financeira/Finanças e despesas (2009-2011); PGEA Serviços de Vigilância (2012). CA/PRTO - COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO: Ofícios expedidos (2011-2012). GABINETES DA PR/TO: Cópia de IPL (280/2010 - 2002.34.009464-12010 - 6057/2013 - 0068/2014 - 0293/2014 - 144 e 79/2016 - 5/2016 (1.36.000.001093/2015-76)- 770 TRE - Projeto de Lei 72/2013/45.2013.04.4300 - Cópia diversa); Tramitação de documentos AR (Aviso de recebimento) anos 2015/2013-2014/2010-2014); Tramitação de documentos AR (Aviso de recebimento) 5º ofício (2010-2014); Tramitação de documentos AR (Aviso de recebimento) 5º ofício (2013-2014); Documentos 5º ofício (2018); Ofícios recebidos 5º e 6º ofício (2014-2015-2017); Tramitação de correspondência/Documentos 5º ofício (2013-2014); Documentos de comunicação interna do 5º e 3º ofício (2014); Ofícios recebidos e expedidos do 2º, 3º, 5º e 6º ofícios (2013-2014); Ofícios expedidos do 5º ofício (2013-2014); Ofícios recebidos do 3º ofício (2011-2013); Tramitação de correspondência/Documentos 3º e 6º ofício (2010-2011); Tramitação de correspondência/Documentos diversos (2011-2016); Ofícios recebidos do 3º e 5º ofícios (2009-2014); Tramitação de correspondência/Documentos diversos dos gabinetes (2009-2014); Ofícios (2009/2012/2014) - (2004-2009) - (2003-2008) - (1998/2001/2003); Ofícios recebidos Eleitoral (2016); Ofícios Expedidos do 3º e 6º ofícios (2016); Ofícios recebidos do 5º ofício (2016); Ofícios e memorandos recebidos e expedidos do 6º e 5º ofícios (2016); Documentos do 5º ofício (2016); Documentos diversos dos gabinetes (2016); Ofícios do 2º e 5º ofícios (2015-2016); Ofícios expedidos do 5º ofício (2015); Ofícios recebidos do 2º, 3º e 6º ofícios (2015); Ofícios recebidos e expedidos do 2º e 5º ofícios (2015); Documentos do 5º ofício (2015); Ofícios recebidos diversos gabinetes (2015); Ofícios recebidos circular eleitoral (2014); Documentos expedidos do 2º ofícios (2014); Documentos do 5º ofício (2014); Documentos/Termo de referência do 5º ofício (2014); Ofícios recebidos do 2º ofício (2014), Ofícios recebidos e expedidos do 2º e 5º ofícios (2014); COJUD/PRTO - COORDENADORIA JURÍDICA: NF Eleitoral Criminal (2006-2007/2010-2011/2013); PIC Eleitoral (2003/2005-2007); PA Eleitoral (2004/2010); PP Eleitoral (2002-2006/2008-2011/2013); NF Eleitoral (2003/2006-2007/2010-2013/2015); NF Criminal (2005/2009-2015); NF (2007/2009-2018); PIC (2005-2007/2012/2014); PA Criminal (1997/1999-2000/2002-2014); Inquérito Civil (1997-1998/2000-2013); PP (2010); PA (1998/2003-2005/2007-2014).

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do procedimento, mediante petição contendo a respectiva qualificação, dirigida ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Tocantins.

Palmas, 25 de fevereiro de 2025.
ANDERSON STANLEY MACEDO ALVES

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTO - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 10/2024

PGEA nº 1.36.000.000762/2023-01. Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Tocantins, e a Elevadores Otis LTDA. (CNPJ Nº 29.739.737/0017-70). Objeto: Reajuste do valor mensal do contrato nº 10/2024, referente à prestação de serviços técnicos de operação do sistema de monitoração, manutenção preventiva, preditiva e corretiva em 01 (um) elevador da marca Otis, modelo A-GNC-0810-8A-MD, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e materiais de reposição imediata (mediante ressarcimento) na Sede da Procuradoria da República no Tocantins, solicitado pela CONTRATADA, conforme Cláusula Sétima, mediante aplicação do IPCA/IBGE do período: FEV/2024 a JAN/2025. Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação. Data da assinatura: 25/02/2025. Assina: Georgete Cardoso Pereira Maia, Secretária Estadual, pela Contratante.

EXTRATO DE RESCISÃO

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 6/2024

CONTRATANTE: União por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Tocantins e a empresa OTTO SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA., CNPJ nº 35.149.441/0001-34. OBJETO: Rescisão Unilateral do Contrato nº 06/2024, firmado em 26/02/2025, Fundamento Legal: Este Termo de Rescisão decorre de autorização da autoridade competente com fulcro no inciso VIII do art. 137 e no inciso I, do art. 138, da Lei nº 14.133/2021 e na Cláusula Décima - Da Extinção Contratual. Data de Rescisão: 26/02/2025. Assina: Georgete Cardoso Pereira Maia, Secretária Estadual, pela Contratante.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Oitavo Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 10/2021, pactuado o objeto de serviços de vigilância armada para a Procuradoria Regional do Trabalho em Santarém-PA com a empresa NORSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ 12.557.363/0001-01. Processo: 20.02.0800.0000850/2021-88. Objeto do Termo: Repactuação do contrato. Novo Valor Mensal: R\$ 24.760,40 (vinte e quatro mil setecentos e sessenta reais e quarenta centavos). Assinam: pela contratante, Rejane de Barros Meireles Alves, Procuradora-Chefe da PRT8ª Região, e pela contratada, Bárbara da Luz Araújo, Diretora, em 27/02/2025.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 7/2022, pactuado o objeto de contratação de instituição sem fins lucrativos, inscrita no cadastro nacional de aprendizagem, para selecionar e encaminhar à contratante 01 (um) aprendiz de auxiliar de serviços administrativos, inscritos em programa de aprendizagem profissional voltado para a formação técnico-profissional metódica. com a empresa INSPETORIA SAO JOAO BOSCO, CNPJ 33.583.592/0028-90. Processo: 20.02.1700.0000143/2025-39. Objeto do Termo: Alteração do valor do contrato por força no reajuste do valor do salário-mínimo pelo Governo Federal e reajuste da tarifa de transporte urbano. Novo Valor: R\$ 1.494,04 (um mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos). Assinam: pela contratante, Estanislau Tallon Bozi - Procurador-chefe da PRT 17ª Região, e pela contratada, Moacir Jose Scari, Representante Legal, em 18/02/2025.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2025

Processo: 20.02.1900.0000651/2024-10. Contratada: MBM SEGURADORA SA. CNPJ 87.883.807/0001-06. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO DE VIDA COLETIVO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS E DE REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES PARA OS ESTAGIÁRIOS EM PLENA ATIVIDADE NO ÂMBITO DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO E NA PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA. Valor: 270,00 (duzentos e setenta reais). Vigência: 17/02/2025 a 16/02/2026. Fundamento Legal: Dispensa nº 1/2025 - Lei 14.133/2021, Art. 75, II. Assinam: ADIR DE ABREU - PROCURADOR(A)-CHEFE DA PRT 19ª REGIÃO, pela contratante, juntamente com Toni Robilar Pacheco, Representante, em 17/02/2025.



EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 2/2022, pactuado o objeto de contratação de empresa para locação de salas comerciais, salas 1306 até 1311, imóvel comercial urbano, localizado na rua Comendador Gustavo Paiva, nº 2789, bairro mangabeiras, para instalação dos gabinetes da sede provisória da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região, em Maceió-AL com a empresa ANCAR - ADMINISTRADORES DE IMOVEIS, DE CONDOMÍNIOS E GE, CNPJ 13.938.116/0001-18. Processo: 20.02.1900.0000176/2022-37. Objeto do Termo: alterar o parágrafo segundo da Cláusula Quarta e o parágrafo primeiro da Cláusula Quinta do Contrato original. Nova Vigência: 15/02/2026. Novo Valor Mensal: R\$ 16.430,66 (dezesseis mil e quatrocentos e trinta reais e sessenta e seis centavos) Assinam: pela contratante, ADIR DE ABREU - Procurador(a)-chefe da PRT 19ª Região, e pela contratada, Átila Pinto Machado Junior, Representante, em 26/02/2025.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 1/2022, pactuado o objeto de contratação de empresa para locação das lojas 2 e 3, imóvel comercial urbano, localizadas no andar térreo do edifício Empresarial Norcon, para instalação da sede provisória da procuradoria regional do trabalho da 19ª região, em Maceió - AL com a empresa CMCC ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ 11.719.641/0001-17. Processo: 20.02.1900.0000174/2022-91. Objeto do Termo: alterar o parágrafo segundo da Cláusula Quarta e o parágrafo primeiro da Cláusula Quinta do Contrato original. Nova Vigência: 15/02/2026. Assinam: pela contratante, ADIR DE ABREU - Procurador(a)-chefe da PRT 19ª Região, e pela contratada, Ciro Stenio Porto, Representante, Carla Pessoa Porto Rebelo, Representante, e Christine Pessoa Porto Salles, Representante, em 14/02/2025.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2021
PGEA: 20.02.2400.0000166/2021-85. Contratante: Procuradoria Regional do Trabalho 24ª Região/MS. Contratada: Scala Segurança Ltda. Objeto: Prorrogação para o período de 28 de abril de 2024 a 28 de abril de 2025. Assinam: Dra. Cândice Gabriela Arosio - pela Contratante; e Sr. Rodrigo Godoy Bento - pela Contratada, em 27/02/2024.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2022
PGEA: 20.02.2400.000224/2022-68. Contratante: Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região. Contratada: Instituto Mirim de Campo Grande. Objeto: Alteração do item 1 da Cláusula Oitava do Contrato nº 10/2022. Valor Mensal: R\$ 2.382,38 (dois mil, trezentos e oito e dois reais e trinta e oito centavos) a partir de 1º de janeiro de 2025. Assinam: Dra. Cândice Gabriela Arosio - pela Contratante; e Sra. Patrícia Saraiva Sousa de Moraes - pela Contratada.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 100/2025

Termo de Credenciamento nº 100/2025, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a JMLP ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ: 51.529.836/0001-19, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.005894/2025-89. Vigência: 26/02/2025 a 25/02/2030. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado JULIANA LOBO DE OLIVEIRA PIRES (Sócia).

LUCIANE VIDAL FERNANDES
Chefe de Serviço
Substituta

Tribunal de Contas da União

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado "Fortalecimento e internacionalização do TCU para a promoção do desenvolvimento humano sustentável, BRA/23/022"; b) Processo: TC 008.653/2024-0; c) Objeto: Contratação de consultoria especializada para elaboração de estudo sobre ocupação de postos de liderança por mulheres no TCU, no âmbito do projeto do "Selo de Igualdade de Gênero para Instituições Públicas"; d) Valor total do contrato: R\$ 47.500,00; e) Vigência: de 26/02/2025 a 17/07/2025; f) Data de assinatura: 26/02/2025; g) Signatários: Pelo PNUD, Elisa Calcaterra, Representante Residente Adjunta do PNUD; e Ananda Beatriz Rodrigues Marques, Consultor (a) Individual.

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado "Fortalecimento e internacionalização do TCU para a promoção do desenvolvimento humano sustentável, BRA/23/022"; b) Processo: TC 008.653/2024-0; c) Objeto: Contratação de consultoria especializada para elaboração de relatório diagnóstico de gênero na Carreira e Remuneração no TCU, no âmbito do projeto do "Selo de Igualdade de Gênero para Instituições Públicas"; d) Valor total do contrato: R\$ 20.750,00; e) Vigência: de 26/02/2025 a 01/05/2025; f) Data de assinatura: 26/02/2025; g) Signatários: Pelo PNUD, Elisa Calcaterra, Representante Residente Adjunta do PNUD; e Ana Paula Salej Gomes, Consultor (a) Individual.

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a)Processo: TC-019.916/2024-8; b)Espécie: 1º TA ao CT nº 2/2024, firmado em 27/2/2025, entre o TCU e a empresa ISH Tecnologia; c)Objeto: prorrogação até 27/2/2026; d)Fundamento Legal: art. 107 da Lei nº 14.133/2021; e)Valor: R\$ 2.620.490,00; f)NE: 2025NE000315; g)Signatários: pelo Contratante, Alessandro Gilberto Laranja, e, pela Contratada, Vitor Teixeira Costa.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a)Processo: TC-021.887/2024-1; b)Espécie: 4º TA ao CT nº 4/2022, firmado em 27/2/2025, entre o TCU e a empresa Gwcloud Tecnologia e Serviços S.A.; c)Objeto: prorrogação até 3/3/2026 (itens 1 e 2) e 14/3/2026 (item 3); d)Fundamento Legal: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93; e)Valor: R\$ 1.613.334,70; f)NE: 2025NE000298; g)Signatários: pelo Contratante, Alessandro Gilberto Laranja, e, pela Contratada, Luiz Henrique Santiago Madeira Campos.

SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DIGITAL

EXTRATO DE CONTRATO

a) Processo: 040.378/2023-3; b) Espécie: Contrato de Licenciamento de Software, firmado em 27/02/2025, entre o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e a COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE, CNPJ nº 16.636.540/0001-04; c) Objeto: licenciamento de uso, no território nacional, não oneroso, sem fins comerciais, do programa de computador denominado ChatTCU; d) Fundamento Legal: Lei nº 9.609/1998, e subsidiariamente, Leis nº 9.610/1998 e 14.133/2021; Portaria-TCU nº 69/2010 e) Vigência: 30 anos, contados de sua assinatura; f) Valor anual: não se aplica; g) NE nº 9 não se aplica; h) Signatários: pelo Licenciante, RAINÉRIO RODRIGUES LEITE, e, pelo Licenciado, ROBERTO TOSTES REIS.

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 128-TCU/SEPROC, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025

TC 019.067/2013-5.

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO DENNER RODRIGO LONDES, CPF: 975.575.281-15, representado pelo Sr. Everaldo Jose dos Santos, OAB: 30897/GO, do Acórdão 1452/2024-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Vital do Rêgo, Sessão de 5/3/2024, proferido no processo TC-019.067/2013-5, por meio do qual o Tribunal conheceu dos recursos de reconsideração, para, no mérito, negar provimento ao recurso de Denner Rodrigo Londes e dar provimento parcial ao recurso de Mara Alice Aparecida da Silva Borges.

Dessa forma, fica DENNER RODRIGO LONDES notificado a recolher aos cofres do Tesouro Nacional valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 18/2/2025: R\$ 349.460,07; em solidariedade com os responsáveis Myl Engenharia e Construções Ltda - ME, CNPJ 04.848.846/0001-37, e Mara Alice Aparecida da Silva Borges, CPF 492.137.841-04. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 200.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento do débito e da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seprac) pelo e-mail cafidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

EDITAL Nº 133-TCU/SEPROC, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025

TC 002.410/2022-2.

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO HAILTON GOMES DA PENA, CPF: 312.535.128-68, do Acórdão 4661/2024-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Sessão de 16/7/2024, proferido no processo TC 002.410/2022-2, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres da Fundação Nacional de Saúde valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 19/2/2025: R\$ 13.103.698,23; sendo parte em solidariedade com o(s) responsável(eis) Cinal Construtora e Incorporadora Nacional Ltda - CNPJ: 00.184.497/0001-45. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 300.000,00 (art. 57, da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seprac) pelo e-mail cafidadao@tcu.gov.br, ou pelo telefone 0800-644-2300, opção 2.

LUCIANE VIDAL FERNANDES
Chefe de Serviço
Substituta

EDITAL Nº 137-TCU/SEPROC, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025

TC 019.077/2020-3.

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a TECPLAN CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, CNPJ: 01.322.258/0001-77, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 940/2025-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Benjamin Zymler, Sessão de 11/2/2025, proferido no processo TC 019.077/2020-3, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto e, no mérito, negou-lhe provimento.

Dessa forma, fica a TECPLAN CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME notificada a recolher aos cofres da Fundação Nacional de Saúde valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 19/2/2025: R\$ 99.555,31; em solidariedade com o responsável Valdo Isacksson Monteiro, CPF 180.833.402-78. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

